

# Grupo quer ampliar participação de mulheres na política

*Raps afirma que é preciso superar barreiras culturais, pois desafio vai além de recursos para candidaturas e cotas partidárias*

[\(Estadão, 08/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A ampliação da participação feminina na política é um desafio que vai além de recursos para candidaturas e cotas partidárias. Para **Mônica Sodré**, diretora executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), é preciso estimular as mulheres a participar da política de forma institucional, já que, culturalmente, elas não são encorajadas a ocupar esses espaços.

Esse foi um dos temas do seminário [Desafios da Democracia no Brasil: Inovação e Representação num Mundo Hiperconectado](#), realizado pela Raps e pelo Estado, no Senado, em Brasília. A Raps é uma organização não-governamental que busca contribuir com a melhora da democracia e formar novas lideranças políticas. Uma das lideranças ligadas ao grupo é a deputada Tábata Amaral (PDT-SP).

“Temos um compromisso de estimular que mais mulheres participem da política institucional, reconhecendo que esse é um grupo que não foi criado para esses espaços”, disse. “É muito difícil que uma mulher se acredite candidata sem que isso venha acompanhado de trabalho social progressivo: só depois de trabalho social de anos uma mulher se convence de que poderia estar ocupando espaço de representação.”

**Segmentos.** Uma das preocupações do grupo, disse a diretora, é estimular a diversidade na formação de lideranças. Neste ano, por exemplo, 40% das inscrições abertas anualmente pelo grupo foram de negros e pardos – a diretora reconhece, no entanto, que essa fatia ainda não reflete a participação efetiva da população. Da mesma forma, também há dificuldades para atrair mulheres.

“Numa sociedade tão desigual quanto a nossa, e que traz aspectos

historicamente ligados ao machismo, nem sempre os homens veem com bons olhos que sua esposa ou namorada se aventurem numa candidatura”, disse Mônica Sodré. “Obviamente estamos muito mais sujeitas a assedio do que homens no mesmo papel.”

Outro aspecto que dificulta a participação de mulheres é o financiamento das candidaturas. “No modelo de financiamento atual, cada partido decide sobre a divisão de recursos. Se o partido entende que um candidato é menos viável, ele recebe menos dinheiro, e, para as mulheres, isso é particularmente sensível”, disse Sodré.

A Lei Eleitoral determina uma cota de gênero entre as candidaturas: ao menos 30% das vagas devem ser preenchidas por um dos sexos - historicamente, as mulheres são minoria.

Foi a criação do fundo eleitoral que abriu a possibilidade de que as mulheres conquistassem mais verbas públicas para as campanhas femininas. Na primeira eleição com mais recursos, houve um aumento na representação das mulheres na Câmara: 77 foram eleitas em 2018, o que representa 15% da Casa. Na legislatura anterior, eram 51,10% do total. Das deputadas que assumiram o mandato este ano, 43 ocuparam o cargo pela primeira vez.

*Por Anne Warth*

---

**‘Funil que restringe mulheres na política está dentro dos partidos’, diz socióloga Fátima**

# Jordão

*Para Fátima Pacheco Jordão, maior representação feminina na política requer alterações nos mecanismos internos dos partidos, que favorecem antigas lideranças*

**[\(O Estado de S.Paulo, 31/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A subrepresentação feminina política, [mostrada pelo Estado em especial no último fim de semana](#), é consequência de regras partidárias que freiam a construção de novas lideranças femininas, dizem analistas ouvidas nesta quarta-feira, 31. Embora seja a maior da história, a [representação das mulheres nas Assembleias Legislativas dos Estados não passa de 15%](#)- o mesmo percentual da atual legislatura da Câmara dos Deputados.

Para a socióloga Fátima Pacheco Jordão, as estruturas internas dificultam o aumento da participação das mulheres, e deveriam ser alteradas. “O grande funil que restringe participação de mulheres na política está dentro dos partidos, não está na legislação, não está na capacidade da mulher. É uma questão efetivamente dos mecanismos internos dos partidos políticos, dos mais tradicionais até os mais recentes”, disse em entrevista à TV Estadão.

“A participação política da mulher no Brasil é uma das mais atrasadas da América do Sul. É uma questão dramática que segura o desenvolvimento social e econômico do País”, afirmou.

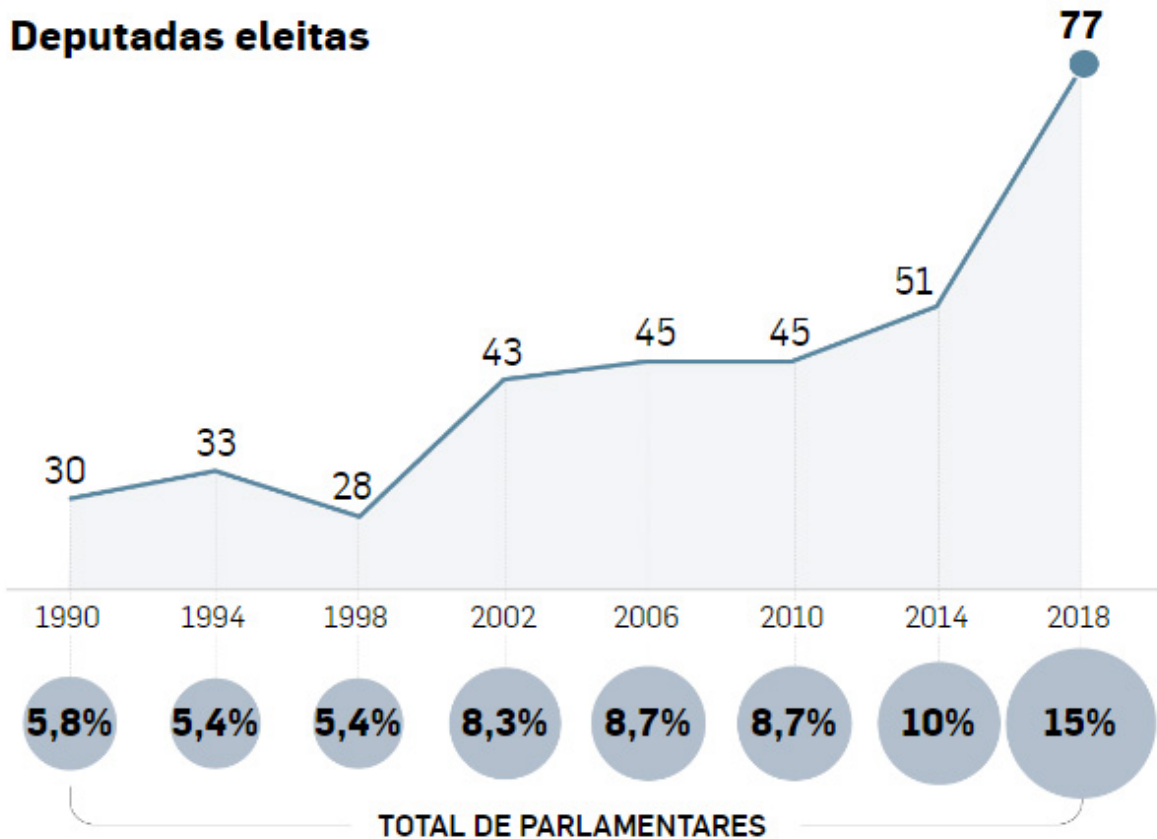
A professora da Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Associação Brasileira de Ciência Política, Flávia Biroli, também critica a falta de democracia interna dos partidos políticos. “Quantas mulheres os partidos indicam para as secretarias estaduais? E para as municipais? Isso também diz muito sobre como operam as barreiras informais que, na prática, comprometem a cidadania política das mulheres e reproduzem as desigualdades”, questiona.

As duas especialistas defendem uma reforma política que garanta uma quantidade mínima de assentos para mulheres no Congresso Nacional, nas

Assembleias Estaduais e nas Câmaras de Vereadores. A [luta pelo aumento da participação feminina política é pauta da Comissão da Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara](#), que tem como objetivo conseguir 20% de assentos mínimos para representantes do sexo feminino.

## Mulheres na câmara

Representação ao longo das legislaturas desde a redemocratização



Fonte: Câmara dos Deputados

*Por Paulo Beraldo e Vinicius Passarelli, especial para O Estado*

---

# Bancada feminina tenta aprovar cota de mulheres no Legislativo

*O Brasil ocupa a 152ª posição em relação ao percentual de parlamentares homens e mulheres na Câmara dos Deputados em um ranking de 190 países*

[\(HuffPost Brasil, 19/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

De olho nas eleições municipais de 2020, a [bancada feminina](#) da Câmara dos Deputados quer aprovar nos próximos meses uma **cota para mulheres no Legislativo**. A mudança garantiria a presença de mais brasileiras nos cargos de vereador, deputado estadual e federal. Apesar de contrário à ideia, o presidente da Câmara, [Rodrigo Maia](#) (DEM-RJ) deve levar o tema para o plenário da Casa decidir.

A intenção é garantir 20% das vagas para elas — percentual que seria incluído na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 134/2016. O texto atual da proposta estabelece percentuais mínimos para cada gênero nas três esferas do Legislativo de forma temporária. Seriam 10% para próximo pleito, 12% para o seguinte e 16% no outro.

Hoje a bancada de 77 integrantes na Câmara equivale a 15% dos 513 deputados. É o maior patamar que o grupo já atingiu no Brasil, alcançado após o Judiciário estabelecer, em 2018, a obrigatoriedade de 30% do Fundo Eleitoral como valor mínimo de recursos para candidaturas femininas. Esse é o mesmo percentual da cota de candidaturas, em vigor desde 2009.

“Hoje há um debate interno da bancada [feminina] trabalhando com a ideia que mantenha os 30% mínimo de financiamento, mas em vez de ter 30% de candidaturas, ter 20%, no mínimo, de vagas efetivas. Hoje nós temos vários estados que não têm deputadas”, afirmou ao HuffPost Brasil a presidente da bancada, deputada [Professora Dorinha](#) (DEM-TO).

Aprovada pelo Senado, a PEC teve aval de uma comissão especial da Câmara em novembro de 2016 e aguardava para ser votada em plenário desde então.

Na reforma política de 2017, a bancada feminina, coordenada à época pela deputada Soraya Santos (PL-RJ), relatora da proposta, tentou avançar, mas o texto não chegou a ser votado. A parlamentar atualmente é a primeira secretária da Câmara e única mulher a ocupar um cargo na Mesa Diretora da Casa.

Tanto Soraya quanto Dorinha cobram de Maia a promessa de campanha que fez ao ser eleito presidente da Câmara em fevereiro. “Rodrigo Maia tinha um compromisso conosco quando foi candidato. Ele fez um acordo de pautar [a PEC das cotas] e era para ter pautado. Não pautou. Voltamos a falar com ele agora. Não estamos pedindo voto para ele. Queremos que ele paute porque a gente precisa votar. O que queremos é tratar em tempo para as eleições de 2020”, disse Dorinha.

De acordo com a deputada, há disposição para discutir o percentual que tenha mais consenso entre os partidos. “Estamos dispostas a construir [percentual], mas não queremos retrocesso”, afirmou. “A gente quer que paute para a gente fazer o trabalho com os líderes, partidos, na construção do possível. E cada partido também se assumir perante a sociedade, como ele enxerga a mulher”, completou Dorinha.

Em [entrevista ao HuffPost Brasil](#), Maia disse ser contra a cota de cadeiras para mulheres no Legislativo, mas disse que trabalharia para que a PEC fosse votada. Na avaliação do democrata, a medida causa uma distorção na representatividade política. “O número de eleitores dividido por 513 deve dar esse número que é o número [de eleitores] de cada vaga. Se você puxar demais, vai ter mulheres eleitas com poucos votos, então acaba gerando distorção na representação no Parlamento”, disse.

### **Lista fechada e mulheres na política**

Para o presidente da Câmara, uma solução mais efetiva seria a adoção da lista fechada. Nesse modelo, o eleitor vota no partido e não diretamente no candidato. Cabe às legendas estabelecer a ordem dos candidatos na lista para ocupar de fato as cadeiras no Legislativo.

Na reforma política de 2017, uma das medidas debatidas à época previa a inclusão de um político de gênero distinto em cada grupo de três na lista. Na

época, a estimativa de consultores legislativos envolvidos no debate era de um aumento de 10% a 25% de mulheres no Parlamento, com base no número de cadeiras de cada legenda na composição da Câmara naquele momento.

O Brasil ocupa hoje a 152ª posição em relação ao percentual de parlamentares homens e mulheres na Câmara dos Deputados em um ranking de 190 países. O dado é monitorado pela Inter-Parliamentary Union - IPU.

### **Cota para mulheres na política é discutida no Senado**

No Senado, uma proposta para aumentar a participação feminina na política também pode avançar. O Projeto de Lei 2235/2019 pode ser votado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa nos próximos meses.

O texto prevê que ao menos 30% das vagas de deputado federal, estadual, distrital e vereador sejam destinadas a cada um dos gêneros. No Senado, nas eleições em que há renovação de dois terços da Casa, uma vaga seria para mulheres e outra para homens.

A relatora, senadora Rose de Freitas (Podemos-ES) vai acatar emenda do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) para preservar a cláusula de barreira nesse sistema. O PL estava na pauta da CCJ em julho, mas não chegou a ser votado. Se aprovado pelo colegiado, segue para o plenário do Senado antes de ir para Câmara.

### **Deputadas divergem sobre cotas**

Se por um lado há um esforço para ampliar a representatividade feminina nos cargos de poder, a forma de alcançar esse objetivo não é unanimidade entre elas. Presidente do Podemos, a deputada Renata Abreu (Podemos-SP) quer acabar com a obrigatoriedade de 30% de candidaturas delas e, conseqüentemente, de aplicação desse percentual mínimo de financiamento.

Na última semana, quando os esforços na Câmara estavam centrados na votação do primeiro turno da reforma da Previdência no plenário da Casa, a CCJ quase votou proposta de Abreu com esse objetivo.

Relatora do PL 2996/2019 e vice-presidente da comissão, deputada Beatriz Kicis (PSL-DF) é a favor da admissibilidade do texto. O texto não foi votado após pedido de vista coletivo, em 10 de julho.

Participante da articulação para evitar o avanço da medida, a deputada Talíria Petrone (PSol-RJ) acredita que assegurar a representatividade feminina na política é essencial para o avanço de alguns temas.

“Quando as mulheres não estão lá, questões específicas que vivenciamos são negligenciadas ou inviabilizadas. Somos maioria na lesão corporal dolosa, maioria quando se trata de estupro”, afirmou ao HuffPost. “É fundamental que tenha política pública afirmativa para corrigir essa desigualdade na ocupação desses espaços de decisão”, completou.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) também irá apresentar uma proposta para assegurar as conquistas atuais.

Na justificativa da proposta, a presidente do Podemos diz que “não é razoável supor que exista discriminação de gênero que impeça candidaturas femininas a ponto de precisar de medidas extremas como a existente na legislação atual”.

De acordo com o texto de Abreu, “existe certa dificuldade em dar uma resposta clara à questão, tendo em vista o fato de que a destinação obrigatória dos recursos para as mulheres não está explicitamente prevista em lei”. A deputada ressalta que partidos que não atingem a cota mínima estão sujeitos à sanção de terem indeferidas todas as candidaturas da agremiação ou coligação.

Ao HuffPost Brasil, a parlamentar afirmou que “há uma dificuldade cultural” para preencher as candidaturas e que a lei atual não resolve o problema de representatividade feminina. “A gente sabe a dificuldade é que convencer uma mulher a largar os filhos, largar o marido para ir para Brasília”, disse.

A favor da cota de, no mínimo, 20% de cadeiras para mulheres no Legislativo, Abreu disse que será feito um adendo ao projeto de lei. A sugestão é alterar o critério de distribuição do Fundo Partidário. Hoje os recursos são distribuídos de acordo com o total de votos da sigla para o cargo de deputado federal. Por exemplo, uma legenda que conquistou um milhão de votos receberia R\$ 1 milhão.

A proposta da parlamentar é que os votos de mulheres computem em dobro



para efeito desse repasse. De acordo com ela, a medida tem o aval do vice-procurador-geral eleitoral, Humberto Jacques.

### **Partidos não cumprem lei atual**

Ao estipular a obrigatoriedade dos 30% do Fundo Eleitoral para candidaturas femininas, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) não deixou claro como esses recursos deveriam ser contabilizados por partidos e coligações, nem se a distribuição incluiria tanto candidaturas proporcionais — deputadas estaduais, distritais e federais — quanto majoritárias — senadoras, governadoras e presidente —, além de vices e suplentes. Dessa forma, coube aos partidos decidir.

O Podemos é uma das siglas com dificuldades para cumprir a legislação atual, ainda que se considerem critérios abrangentes. Se forem incluídas chapas eleitorais em 2018 em que a vice ou suplente é mulher, a legenda não teria destinado 30% a candidaturas femininas, de acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A pesquisa revela também a dificuldade dos partidos em cumprir a cota de candidaturas. Apesar de ser obrigatória desde 2009, foi cumprida pela primeira vez em 2018.

Ao analisar, contudo, as coligações, o cenário é diferente. A norma não foi cumprida em 44 das 316 coligações. Além disso, 8 partidos (PSD, PROS, PCB, DEM, Podemos, Solidariedade, Rede e PMN) não cumpriram com a cota globalmente, isolados de suas coligações. Apenas o Novo atingiu o índice sem depender de outras siglas.

Presidente da bancada feminina, Dorinha reconhece os obstáculos, mas destaca o objetivo dessas iniciativas. “Algumas deputadas alegam que, no formato que está, ainda mais agora sem coligação, se a gente não tiver mulheres que queiram se candidatar, isso derruba a candidatura de um homem. É verdade, mas o objetivo da cota é esse: estimular, motivar que você incentive quem tem fragilidade”, afirmou.

Caso o Congresso aprove algum recuo sobre o tema, a deputada afirmou que os direitos atuais serão garantidos pela Justiça. “Se passar um projeto dessa

natureza [que reduza incentivos a mulheres na política], no outro dia nós estamos no Supremo e eles derrubam porque existe o princípio do não retrocesso. Nós estamos num processo de avanço em relação à presença de mulher nos espaços políticos dos municípios, dos estados e do Congresso”, conclui.

*Por Marcella Fernandes*

---

## **MP aciona 4 partidos por “omitirem” mulheres em propagandas em MT**

A Procuradoria Regional Eleitoral em Mato Grosso (PRE/MT) ajuizou representações contra os Partidos Republicano da Ordem Social (PROS), da Social Democracia Brasileira (PSDB), Trabalhista Brasileiro (PTB) e Social Democrático (PSD) por descumprimento do tempo mínimo destinado à participação feminina na propaganda partidária no primeiro semestre de 2017.

**[\(Folhamax, 05/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

As representações foram propostas pelo procurador regional eleitoral substituto em Mato Grosso, Alisson Nelicio Cirilo Campos, e tramitam no Tribunal Regional Eleitoral.

Os partidos descumpriram dispositivos das leis 9.096/1995 e 13.165/2015 ao não reservarem o mínimo de 20% do tempo total de propaganda partidária para promover e difundir a participação da mulher na política.

O procurador Alisson Campos requereu que as legendas que descumpriram a legislação sejam condenadas na sanção prevista no artigo 45, §2º, inc. II, da

Lei nº 9.096/1995, que prevê a cassação do direito de transmissão a que o partido teria direito - no semestre seguinte ao do trânsito em julgado da presente representação - equivalente a cinco vezes ao tempo irregularmente utilizado.

**Descumprimento** - No caso do PROS era necessário que o partido reservasse 240 segundos para a promoção da participação política feminina no rádio, mas reservou apenas 120 segundos. Com isso, o procurador requereu que a legenda perca 10 minutos no próximo semestre de propaganda partidária. Já na televisão, deveriam ter sido utilizados quatro minutos, mas somente 2 minutos e 30 segundos foram usados para o devido fim. Neste caso, o PROS poderá perder 7 minutos e 30 segundos de propaganda na TV.

Tanto o PSD, quanto o PSDB e o PTB não reservaram nenhum espaço do tempo utilizado, no rádio e na TV, para a participação feminina na propaganda partidária. Com isso também poderão perder tempo de propaganda, sendo o PSD 20 minutos no rádio, o PSDB 20 minutos na TV, e o PTB quatro minutos na TV também.

De acordo com o procurador regional eleitoral, os dispositivos referentes à participação feminina na política são uma importante ação afirmativa, destinada a corrigir a desigualdade histórica verificada no ambiente político, na qual a participação das mulheres ainda é frágil, apesar dos avanços registrados nos últimos anos.

O procurador ressalta ainda que, levando-se em consideração que a intenção da legislação é a de conclamar as mulheres a participarem da vida política, a mera presença ou apresentação da propaganda por uma pessoa do gênero feminino não atende a reserva legal, sob pena de menoscabo ao propósito da norma.

---

# Cota mínima para mulheres no Legislativo passa em primeira votação

**(Senado Notícias, 25/08/2015)** A participação feminina na política ganhou um reforço. O Plenário do Senado aprovou em primeiro turno, nesta terça-feira (25), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 98/2015, que reserva um percentual mínimo de cadeiras nas representações legislativas em todos os níveis federativos. Assim, a medida atinge Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, câmara legislativa do Distrito Federal e câmaras municipais. A proposta foi aprovada em primeiro turno com 65 votos favoráveis e 7 contrários.

**Leia mais:** [Senado aprova, em primeiro turno, cota para mulheres no Legislativo \(G1, 25/08/2015\)](#)

A PEC assegura a cada gênero percentual mínimo de representação nas três próximas legislaturas: 10% das cadeiras na primeira legislatura, 12% na segunda legislatura; e 16% na terceira. Caso o percentual mínimo não seja atingido por um determinado gênero, as vagas necessárias serão preenchidas pelos candidatos desse gênero com a maior votação nominal individual entre os partidos que atingiram o quociente eleitoral. A proposta altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e faz parte das sugestões da Comissão da Reforma Política.

## Elogios

Vários senadores louvaram a iniciativa que, segundo eles, irá diminuir a desigualdade de gênero na política. A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ressaltou que as mulheres enfrentam mais dificuldades para optarem por uma carreira política e disse ter esperança que a proposta incentive a candidatura feminina.

A senadora lembrou que o Brasil tem uma das taxas mais baixas do mundo de

presença de mulheres no Congresso Nacional. Segundo ela, de um total de 190 países, o Brasil ocupa a 116ª posição no ranking de representação feminina no Legislativo.

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazittion (PCdoB-AM), lamentou a posição do Brasil no ranking e classificou como “constrangedor” o fato de as mulheres terem que negociar uma cota no Legislativo. Para ela, o ideal seria que os partidos já tivessem consciência de montar suas listas com alternância de gênero e que as mulheres já tivessem alcançado a paridade com os homens. A senadora disse ter esperança de uma mudança cultural no país e de ver o dia que não será necessária de cota para que a mulher chegue ao Parlamento e ocupe um lugar “que é seu de direito”.

O relator da comissão temporária da reforma política, senador Romero Jucá (PMDB-RR), lembrou, em seu relatório, que na esfera política há nítida desigualdade entre homens e mulheres em relação à ocupação de cargos públicos. Jucá argumentou que as mulheres são maioria na população e maioria no eleitorado, mas enfrentam dificuldades para conquistar cargos eletivos. Na Câmara dos Deputados, dos 513 cargos em disputa em 2014, apenas 51 foram ocupados por mulheres. No Senado, de um total de 81 vagas, somente 13 parlamentares são do sexo feminino. A PEC, porém, não modifica os critérios para eleição no Senado, já que este não faz uso do sistema proporcional.

Jucá destacou ainda que a ação afirmativa tem prazo definido. Na visão do senador, uma vez garantido o percentual de 16%, as barreiras socioculturais enfrentadas pelas mulheres serão reduzidas a tal ponto que, a partir da quarta legislatura subsequente à promulgação da PEC, não será mais necessário prever na legislação um nível mínimo de representação.

## **Voto contrário**

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se posicionou contra a proposta afirmando que ela “fere o princípio da soberania do voto” já que o voto dado a uma mulher terá um peso maior do que o dado a um homem. Para ele, o princípio da soberania popular deve ser respeitado e é o povo que deve definir, em última instância, sobre a composição das assembleias que os

representam.

- O que se pretende com essa emenda é dizer que a composição das assembleias não depende mais exclusivamente do povo, mas é pré-determinada pelo Congresso no exercício do poder constituinte derivado - protestou.

O senador Aloysio Nunes ainda acrescentou que a proposta abre um precedente gravíssimo para que sejam solicitados outros tipos de cotas.

***Acesse no site de origem: [Cota mínima para mulheres no Legislativo passa em primeira votação \(Senado Notícias, 25/08/2015\)](#)***

---

## **Comissão da Reforma Política aprova redução de custo nas campanhas eleitorais e cota para mulheres**

***(Senado Notícias, 08/07/2015)*** A Comissão Temporária de Reforma Política aprovou, nesta quarta-feira (8), mais duas propostas: a primeira trata da redução dos custos das campanhas eleitorais e a segunda de cotas para mulheres na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais.

***Leia mais: [Senado aprova cota para mulheres na Reforma Política \(Vermelho, 09/07/2015\)](#)***

A proposta de redução dos custos das campanhas eleitorais diminui o período de propaganda de rádio e TV de 45 para 30 dias; reduz os programas diários de 50 para 30 minutos, amplia a propaganda eleitoral por meio de inserções

para um total de 40 minutos diários e proíbe expressamente a contratação de cabos eleitorais.

- A proibição total da contratação de cabos eleitorais surgiu no debate e foi feita para evitar a compra e manipulação de votos. Foi majoritariamente uma posição do Senado, mas ainda não está de acordo com a Câmara - explicou Jucá.

Vários senadores ponderaram que a redução do tempo de programa no rádio e na TV prejudica candidatos menos conhecidos, já que eles não terão tempo suficiente para se apresentarem. O relator, no entanto, não alterou essa parte da proposta que, segundo ele, é fundamental na redução de custos.

Além disso, o texto proíbe veículos de som e montagens, trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais na propaganda. Apresentadores e entrevistadores poderão aparecer desde que juntamente com os candidatos. Também ficou estabelecido que não candidatos e apoiadores podem participar somente em 20% do tempo da propaganda. Nos outros 80% restantes só poderão aparecer o candidato e caracteres com propostas, fotos e *jingles* ou clipes com música, vinheta com indicação do número do partido ou coligação.

- Queremos dar transparência às candidaturas. As pessoas não podem votar em apresentador, trucagem ou animação. Tem que votar no candidato e a melhor maneira de conhecê-lo é expô-lo para falar as coisas - disse.

O texto ainda altera o início da propaganda eleitoral, que começará dia 10 de agosto do ano de eleição. Atualmente, o início é no dia 5 de julho.

### **Cotas para mulheres**

A Comissão também aprovou PEC da senadora Marta Suplicy (sem partido-SP) para aumentar a participação feminina na política. De acordo com o texto, pelo menos 10% das cadeiras em todas as Casas Legislativas serão reservadas às mulheres nas primeiras eleições após a promulgação da emenda. Esse percentual deve crescer nas eleições seguintes: 12% na segunda e 16% na terceira.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se posicionou contra a proposta afirmando que ela “fere o princípio da democracia” já que o voto dado a uma mulher terá um peso maior do que o dado a um homem.

- É uma proposta flagrantemente inconstitucional - protestou.

***Acesse no site de origem:*** [Comissão da Reforma Política aprova redução de custo nas campanhas eleitorais e cota para mulheres \(Senado Notícias, 08/07/2015\)](#)

---

## **Senadoras discutem estratégias para alcançar cotas de mulheres no Legislativo**

***(Senado Notícias, 30/06/2015)*** A bancada feminina do Senado, coordenada pela procuradora da Mulher, Vanessa Gazziotin (PCdoB-AM), discutiu novas estratégias para a tramitação do projeto de cotas para mulheres no Congresso Nacional durante a discussão da reforma política, em almoço realizado nesta terça-feira (30/6).

O evento contou com a presença das senadoras Ana Amélia (PP-RS), Ângela Portela (PT-RR), Gleisi Hoffmann (PT-RR), Lucia Vânia (Sem Partido-GO), Lídice Da Mata (PSB-BA), Maria do Carmo (DEM-SE), Marta Suplicy (Sem Partido-SP), Simone Tebet (PMDB-MS) e da deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG).

As parlamentares foram unânimes ao afirmar que o texto final da reforma política a ser aprovado pelo Senado precisa garantir o aumento da representação das mulheres nos três níveis do Poder Legislativo.

Para intensificar o debate na Casa, as senadoras acertaram a implantação de



campanha de sensibilização e convencimento dos senadores de todos os partidos. A primeira ação tem como foco as mídias sociais de forma indistinta, com veiculação de vídeos das próprias parlamentares, assim como de senadores e lideranças políticas favoráveis à proposta.

Vanessa Grazziotin defendeu a intensificação dos trabalhos junto à sociedade e sugeriu a elaboração de um folder sobre a importância do apoio à representação feminina na política. Segundo ela, a publicação seria distribuída às lideranças políticas nos estados, no formato perguntas e respostas.

A parlamentar também anunciou o lançamento da campanha *Mais Mulheres na Política, a reforma que o Brasil precisa*, nos estados de Sergipe e Goiás, para o mês de agosto.

*Da Assessoria de Comunicação da Procuradoria da Mulher do Senado*

***Acesse no site de origem: [Senadoras discutem estratégias para alcançar cotas de mulheres no Legislativo \(Senado Notícias, 30/06/2015\)](#)***

---

## **Cota para mulheres, questão de inclusão, por Flávia Piovesan e Victoriana Gonzaga**

***(O Globo, 25/06/2015) É o Legislativo capaz de refletir a diversidade da sociedade brasileira? A resposta aponta para o drama da exclusão política de mulheres e afro-descendentes***

Em 16 de junho, a Câmara dos Deputados rejeitou uma proposta de emenda que visava a criar cota de 15% para as mulheres no Legislativo federal, estadual e municipal. Eram necessários 308 votos para a aprovação da

proposta, que contou com 293 votos favoráveis, 108 contrários e 53 abstenções. De acordo com a proposta, o percentual das cotas seria aplicado gradualmente: 10% na primeira legislatura; 12%, na segunda; e, finalmente, 15% na terceira.

*Leia mais: [Jandira Feghali: “somos minoria em Brasília porque o poder econômico prefere os homens”](#)*

Há em média 190 projetos relativos à reforma política no Senado e em média 170 na Câmara. Dentre os temas, destacam-se filiação e coligação partidária; financiamento dos partidos; reeleição; perda do mandato; novas normas eleitorais sobre suplentes; campanhas; sistema de votação; condições de elegibilidade e inelegibilidade; instrumentos de participação política...

Considerando a agenda de reforma política, como enfrentar o desafio da diversidade em nosso Parlamento? Quem representa quem? É o Legislativo capaz de refletir a diversidade da sociedade brasileira?

A resposta aponta para o drama da exclusão política de mulheres e afro-descendentes no Legislativo. As mulheres são 51,3% da população brasileira, mas são menos de 10% em nosso Parlamento (90% são homens). Os afro-descendentes são 51% da população, sendo apenas 8,9% na Câmara dos Deputados (91% são brancos).

Para Nancy Fraser, a justiça apresenta um caráter tridimensional: a justiça socioeconômica (a demandar transformações nas estruturas socioeconômicas, mediante políticas de redistribuição); a justiça cultural (a demandar o enfrentamento dos preconceitos e dos padrões discriminatórios, por meio da transformação cultural e da adoção de uma política de reconhecimento de identidades); e a justiça política (a demandar a democratização dos espaços de poder político, por meio de transformação nos sistemas de representação).

Neste sentido, para fortalecer uma reforma política inclusiva, são lançados sete desafios: a) mapear o diagnóstico da sub-representação de mulheres e afro-descendentes no Legislativo, suas causas e consequências; b) aprimorar a política de ações afirmativas em prol de mulheres e afro-descendentes (um

a cada cinco países do mundo adota política de cotas para as mulheres no Parlamento, o que tem permitido avanços extraordinários na arena mundial — em 1975, havia 11% de mulheres no Parlamento; em 2010, 19%; e em 2015, há 22% de mulheres); c) democratizar a direção dos partidos (em 2000, apenas 12% dos cargos diretivos eram compostos por mulheres, o que reflete a desigualdade de gênero); d) assegurar adequado apoio à candidatura de afro-descendentes e de mulheres com o efetivo uso dos recursos do fundo partidário; e) criar campanhas de sensibilização para uma reforma política inclusiva orientada pelo valor da diversidade e pelo combate à discriminação; f) realizar o monitoramento da implementação do sistema de cotas de forma a assegurar a progressiva participação de mulheres e de afro-descendentes; e g) identificar práticas exitosas de promoção da igualdade étnico-racial e de gênero na política.

Como sustenta Renato Janine Ribeiro: “Se tivéssemos 263 deputadas (frente a 250 homens) na Câmara, dificilmente os salários das mulheres seriam mais baixos que os pagos aos varões. A violência contra as mulheres já teria reduzido. Se fossem 261 os deputados de origem africana, perante 248 brancos, dificilmente eles teriam pagamento menor no mercado, dificilmente seus índices sociais seriam tão inferiores aos dos brancos. Se os deputados homossexuais fossem 51, a sua bancada já teria conseguido políticas de governo contra os crimes de ódio. A sub-representação de mulheres, negros e gays mata mulheres, negros e gays” (“Reforma política e preconceito”, “Valor Econômico”, 09/03/2015).

Democratizar os espaços de poder é medida essencial para assegurar maior legitimidade, qualidade e densidade democrática. Afinal, como lembra Amartya Sen, “a democracia é condicionada não apenas pelas instituições que formalmente existem, mas, sobretudo, pela possibilidade de diversas vozes serem ouvidas”.

*Flávia Piovesan é procuradora do Estado de São Paulo e professora da PUC-SP e Victoriana Gonzaga é advogada*

***Acesse o PDF: [Cota para mulheres, questão de inclusão, por Flávia Piovesan e Victoriana Gonzaga \(O Globo, 25/06/2015\)](#)***

---

# Livreto reforça luta da Bancada Feminina pela cota de gênero

*(Jornal Senado Mulher, 10/06/2015)* A edição de junho do Informativo mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado traz as novidades sobre a Campanha Mais mulheres na Política, Casa da Mulher Brasileira e Femicídio.

**Confira a versão PDF:** [Livreto reforça luta da Bancada Feminina pela cota de gênero \(Jornal Senado Mulher, 10/06/2015\)](#)

---

# Doações de empresas a partidos pode comprometer candidaturas de mulheres, diz ministra

*(Rádio Guaíba, 02/06/2015)* A ministra ainda lamentou que no estado do Rio Grande do Sul somente uma mulher tenha sido eleita deputada federal

A ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, afirmou, nesta manhã, que a possível aprovação da emenda de doações eleitorais de empresas para partidos poderá comprometer a candidatura de mulheres para cargos eletivos no Brasil.

Em entrevista concedida nesta terça-feira para rádios de todo o Brasil, através do programa “Bom dia, Ministro”, em que a Rádio Guaíba participou, a ministra afirmou que também preocupa a falta de propostas nas discussões

da reforma política sobre uma lista paritária por gênero, onde, segundo Eleonora, não estaria contemplando mais da metade da população brasileira, que é composta por mulheres.

“Pode comprometer, sim. Porque as mulheres, historicamente, pela cultura patriarcal do nosso país, têm mais dificuldade de captação de recursos. Mas, tenho certeza que pela garra das mulheres brasileiras que ousam entrar na política, e dos movimentos sociais, eu tenho convicção que mesmo assim nós conseguiremos reverter esses recursos. Agora, o que me preocupa mais é a lista de candidato. Uma reforma eleitoral que não tem lista paritária por gênero é uma reforma eleitoral que não contempla quase mais um pouco da metade da população, e mãe da outra metade: que são as mulheres. A democracia precisa ser aperfeiçoada na perspectiva de gênero”, assegurou Eleonora.

A ministra também lamentou que, atualmente, as mulheres ocupam apenas 10% das vagas na da Câmara dos Deputados, 16% do Senado Federal, 11% das assembleias legislativas e 13,3% das câmaras de vereadoras. Eleonora fez um apelo para que os eleitores brasileiros, principalmente os homens, rompam com um sistema ainda machista e patriarcal, que acaba não votando em mulheres.

“Eu faço um apelo à sociedade brasileira: rompam com a cultura patriarcal e votem em mulheres. Não são as mulheres que não votam em mulheres. São homens que não votam em mulheres. Daí esse apelo fortíssimo. Uma reforma política realmente democrática, que satisfará todas as diversidades que nós temos na nossa sociedade, e aqui eu falo da mulher, que não é uma diversidade, é mais do que 50% da população, deverá, sim, estar contemplada nos parlamentos de todos os níveis, de todas as esferas do Brasil”, afirmou a ministra.

Apesar da lei eleitoral prever que os partidos políticos devem destinar no mínimo 30% das vagas nas campanhas para um dos gêneros – o que acaba sendo preenchido por mulheres, a ministra afirmou que a reforma política deve abordar a necessidade do estabelecimento de cota de gênero de pelo menos 30% nas instâncias do Poder para mulheres. A ministra ainda lamentou que no estado do Rio Grande do Sul somente uma mulher tenha

sido eleita deputada federal, que é a petista Maria do Rosário.

*Fonte: Vitória Famer / Rádio Guaíba*

*Acesse no site de origem: [Doações de empresas a partidos pode comprometer candidaturas de mulheres, diz ministra \(Rádio Guaíba, 02/06/2015\)](#)*